

ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS EDITADAS PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Elyanna de Niemeyer Mesquita

1. Introdução

A participação da Divisão de Documentação do Ministério da Fazenda no 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, possibilitou a divulgação dos trabalhos técnicos realizados para o tratamento e difusão das publicações oficiais fazendárias, atualmente sob sua orientação, em nível sistêmico nacional.

Inserida entre as áreas de atuação do Departamento de Administração, que são também: Comunicações, Material, Obras e Transportes, sob supervisão do Sr. Secretário-Geral, por delegação de competência do Sr. Ministro da Fazenda, e atuando – todas elas – em caráter normativo, a Divisão de Documentação, através do seu Setor de Produção Editorial, incumbe-se de elaborar as diretrizes para manter padronizadas a edição, distribuição e guarda das publicações dos diferentes setores do Ministério, a fim de que se obtenha e se preserve o mais completo conjunto de informações.

2. Indicador das Publicações do Ministério da Fazenda – 1968-1974

A diversidade de publicações editadas pelos órgãos do Ministério da Fazenda, abrangendo assuntos referentes às mais diversas áreas de sua competência, e a inexistência de uma compilação dessa produção, fizeram surgir o “INDICADOR DAS PUBLICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA 1968 – 1974”, resultado de pesquisa minuciosa e organizado de molde a reunir as informações de forma padronizada e sob tratamento técnico especializado, para orientação dos interessados.

O lançamento da referida publicação verificou-se por ocasião do 1º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras, desenvolvido durante o 8º CBBB – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília, no período de 20 a 25 de julho de 1975.

Trata-se da primeira publicação da série “*Guias de Biblioteconomia, Documentação, Informática e Editoração*”, com tiragem de 5.000 exemplares, que registra a produção editorial fazendária dos Órgãos da Administração Direta. Indexa um total de 255 títulos de publicações sob as mais variadas formas, livros, folhetos, periódicos, quer impressos por processos tradicionais de gráfica ou por processo automático e até os mimeografados, constando de

Estudos, Projetos, Relatórios, Manuais, bem como de publicações contendo informações especializadas e dados estatísticos econômico-fiscais.

2.1 – Divulgação

Foram distribuídos até o presente 4.400 exemplares da publicação. O plano de divulgação foi previsto para mais de 3000 destinatários, de acordo com o *Cadastro ou Fichário da Clientela do Ministério da Fazenda*, clientela esta constituída de participantes do 8º CBBB, entidades nacionais e estrangeiras, órgãos do Ministério, organismos internacionais e particulares por cortesia. ANEXO I.

2.2 – Intercâmbio de Informações

A Divisão de Documentação considerou que a repercussão do “INDICADOR” foi muito grande e que a receptividade, por parte daqueles que se interessam pelo controle e divulgação das publicações oficiais, foi fator relevante para se pensar em promover sua atualização e o levantamento retrospectivo. Encontra-se em fase de organização a edição retrospectiva do “INDICADOR”, arrolando publicações impressas a partir do Alvará de criação do Erário Régio, em 1808 até o ano de 1967. Em fase de atualização o período de 1975-76.

Após a divulgação do “INDICADOR” a Divisão respondeu a inúmeros pedidos de informações sobre aquisição de obras editadas no Ministério; como fato sensível, a maioria encontrava-se esgotada, em consequência da baixa tiragem e motivada, também, pela circulação de caráter restrito. Para as obras esgotadas, o que podemos oferecer como recurso é sugerir consulta às Bibliotecas do Ministério da Fazenda que vêm sendo implantadas nas Delegacias do Ministério da Fazenda e em funcionamento nos Edifícios-Sede, nas Capitais dos diversos Estados da União. Vimos tentando reunir na Biblioteca do Ministério da Fazenda local coleções, muitas vezes incompletas e dispersas nos vários Órgãos fazendários, visando à facilidade de estudos, pesquisa e conhecimento da documentação bibliográfica, periódica e não periódica, produzida. Todos esses pedidos, cerca de 139, foram sempre encaminhados aos Órgãos Editores, acompanhados de um expediente da Divisão numa tentativa de maior cooperação com o usuário.

Convém esclarecer que não há no Ministério uma Central para distribuição de publicações; cada órgão editor promove a expedição de suas próprias publicações, via malote, correio e protocolo. Assim sendo, os pedidos de fornecimento de publicações deverão ser endereçados diretamente aos órgãos editores, sem a interveniência da Divisão, por sua condição de órgão normativo.

3. Cadastro de Instituições Especializadas

Do desenvolvimento do Fichário de Clientela, já citado na divulgação do “INDICADOR”, resultou o atual *Cadastro de Instituições Especializadas*,

constituído de instituições brasileiras e estrangeiras e de organismos internacionais. Possui mais de 4.000 informações sobre instituições públicas e particulares, com atividades correlatas à área de atuação do Ministério da Fazenda – Economia, Estatística, Finanças, Direito, Administração, etc. Contém informações sobre órgãos de Administração direta e indireta, Colegiados e Vinculados, em âmbito externo e interno. Possui dados completos para endereço, além do nome do órgão, com a subordinação ou vínculo administrativo; traz indicação de telefones e siglas para a maioria das entidades relacionadas.

Abrange os seguintes tipos de instituições: Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais, Universidades e Faculdades, Bibliotecas, Arquivos, Museus, Institutos de ensino e pesquisa, Associações e Sociedades, Bancos, Confederações e Federações, Empresas e Sindicatos.

3.1 – Automação de Cadastro – Projeto CADINE

Face a amplitude e massa das informações listadas, pretende-se organizar os dados de maneira a torná-los acessíveis, sob uma multiplicidade de aspectos, através do *processamento eletrônico*. Suas informações serão registradas e armazenadas em memória de computador.

O projeto está sendo desenvolvido com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, que já estabeleceu os formatos-de-entrada de dados para arquivamento e obtenção de relatórios de saída, com conteúdos completos e simplificados, em diferentes níveis de recuperação.

Para a recuperação de nomes de instituições por área de atividade, está sendo utilizado como fonte de informação o “Macróthesaurus da OCDE” (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) edição brasileira do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) ex-IBBD.

3.1.1 – Conteúdo das Informações

- a) Órgãos do Ministério da Fazenda em ordem alfabética (de conteúdo completo);
- b) Órgãos do Ministério da Fazenda em ordem hierárquica (de conteúdo simplificado);
- c) Outras instituições nacionais com representação fora do País (de conteúdo completo);
- d) Instituições estrangeiras ou com representação no Brasil (com dados disponíveis) e Organismos Internacionais (com os dados disponíveis);
- e) Por descritor, segundo a área de atividade de cada instituição;
- f) Listagem de siglas com o significado correspondente e subordinação administrativa;
- g) Listagem de palavras abreviadas e não abreviadas usadas na transcrição do nome da instituição e no endereçamento.

3.1.2 – Conteúdo das informações

- a) Nome da instituição com a subordinação ou vínculo administrativo;
- b) Endereço;
- c) Código de endereçamento postal (CEP), localização geográfica (cidade e estado) e País quando se tratar de instituição do Exterior;
- d) Número do telefone (até dois números); PABX ou PBX, Ramais;
- e) Cargo do dirigente;
- f) Sigla;
- g) Código de repartição (para órgãos do Ministério);
- h) Endereço telegráfico;
- i) Número do aparelho de telex (quando tivermos acesso à informação);
- j) Descritores.

4. Depósito de Publicações

Convém ressaltar que o levantamento para elaboração do “Indicador das Publicações do Ministério da Fazenda 1968-1974” baseou-se no material bibliográfico existente na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, que desde 1944 é depositária das publicações fazendárias, por força de uma Ordem de Serviço da então Direção Geral da Fazenda Nacional (DGFN): nº 59 de 11.12.1944 reforçada pela Ordem de Serviço DG/MF nº 6 de 21.09.1957.

Foi baixada, recentemente, pela Divisão de Documentação Portaria recomendando aos órgãos editores fazendários a remessa regular de suas publicações às Bibliotecas das Delegacias do Ministério da Fazenda nos Estados, consideradas *depositárias* do material impresso (Portaria DA/DD nº 97 de 12.10.76). ANEXO II

4.1 – Informação Adicional

Quando da divulgação das *Normas de Execução* baixadas pela Divisão de Documentação, sobre *Apresentação de Livros, Folhetos e Publicações Periódicas*, republicadas com atualização de diretrizes, foi distribuída, também, a *Legislação e Instruções sobre Contribuição Legal à Biblioteca Nacional*.

Essas Normas são baseadas nas Normas e Projetos de Normas Brasileiras (NB e PNB) divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), adaptadas à realidade fazendária.

5. Guias de Informação da Divisão de Documentação

Deverá ser impressa, a partir da listagem produzida por computador, dentro da Série “Guias de Biblioteconomia, Documentação, Informática e

Editoração” uma publicação com o título: “*Cadastro de Instituições Especializadas – Guia para Intercâmbio de Publicações e Informações.*”

6. Editoração de Periódicos

O Ministério da Fazenda edita 20 títulos de periódicos, considerados relevantes, conforme dados encaminhados ao Gabinete Civil da Presidência da República, em cumprimento às determinações da Circular nº 08/74 e Aviso-Circular nº 1.200/75, sendo que para esses dados foram excluídos os Boletins de Pessoal das Delegacias do Ministério da Fazenda nos Estados e Departamento de Pessoal, em número de 22, bem como as publicações diárias e as mimeografadas. ANEXOS III e IV

7. Participação do Ministério da Fazenda na Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras

O Ministério da Fazenda, em colaboração com a Comissão Permanente de Implementação às Recomendações do 1º Seminário Sobre Publicações Oficiais Brasileiras, integrou-se a duas Subcomissões: a de Processos Técnicos e a do Catálogo de Publicações Oficiais.

8. Estrutura Organizacional do Ministério da Fazenda

Apresentamos, para atualização de informações aos interessados, a estrutura básica dos Órgãos de Administração Direta e Indireta (compreendendo entidades colegiadas, interministeriais, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista) com cargos e nomes dos dirigentes. ANEXO V

9. Conclusão

Assim, conforme o que foi relatado, fica caracterizado o esforço da Divisão de Documentação, como órgão central normativo, em manter atuante e atualizado o Sistema de Documentação do Ministério da Fazenda.

Como alvo de todo este esquema de trabalho, as publicações oficiais — que são, no dizer da Bibliotecária-Diretora da Coordenação de Biblioteca e Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Brasília, DF., “. . . um relato vivo das realizações e planos do Governo. . .” — recebem todo um tratamento adequado, o que possibilita o seu uso como fonte de pesquisa na área econômico-social.

Neste sentido, contribuimos para eliminar, gradativamente, as dificuldades que, com frequência surgem, quando da utilização das publicações oficiais, verdadeiros ARQUIVOS IMPRESSOS.

Esta Diretoria, sempre atenta em reconhecer a colaboração dos seus auxiliares, deseja aqui registrar o seu agradecimento ao Setor de Produção Editorial do Serviço de Estudos, Projetos e Normas, na pessoa de suas respectivas Chefes, cuja assistência na realização do presente trabalho se constituiu em um dos seus mais sólidos alicerces.

**CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS EDITADAS PELO
MINISTÉRIO DA FAZENDA**

ANEXO I

**DADOS ESTATÍSTICOS DE EXEMPLARES DISTRIBUÍDOS EM 1975-1976,
DA PUBLICAÇÃO "INDICADOR DAS PUBLICAÇÕES DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1968-1974".**

CLIENTELA	1975	1976	Total
8. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação	* 1.259	—	1.259
Entidades nacionais	1.328	18	1.346
Órgãos do Ministério (Protocolo, Malote, Correio)	1.062	28	1.090
Entidades estrangeiras	459	25	484
Organismos internacionais	28	24	52
Rede de Bibliotecas do MF, (BMFS) enviados em separado	** 22	—	22
Por cortesia e sem listagem	93	54	147
3. Congresso Brasileiro de Arquivologia	—	200	200
Subtotal	4.251	349	
Total			4.600

DD/SEPN/SPE.

OBSERVAÇÕES

- (*) Foram enviados para lançamento durante o 8º CBBB, bem como para figurar no *stand* de publicações do MF, tendo sido devolvidas cerca de 12 pacotes contendo 248 exs.
- (**) Remetidos em separado, pelo Setor de Biblioteconomia/SEPN/DD.
- (***) Há em estoque 400 exs.
- (****) Elaboradas 207 relações para remessa pelo Correio, contendo dados completos de endereçamento.

ANEXO II

Portaria nº 097, de 12 de Outubro de 1976

A Diretoria da Divisão de Documentação, no uso de suas atribuições, art. 2º combinado com o art. 16 – item IV da Portaria nº 227, de 15 de setembro de 1972, do Ministério da Fazenda,

Resolve:

Considerar como Bibliotecas depositárias aquelas das Delegacias do Ministério da Fazenda nos Estados;

Recomendar aos Órgãos, responsáveis por edições no Ministério da Fazenda, que remetam, regularmente, às BMFs, um (1) ou mais exemplares de todas as publicações oficiais sob qualquer forma de impressão que autorizadamente publicarem.

ELYANNA DE NIEMEYER MESQUITA
Diretora da Divisão de Documentação

ANEXO III
 QUADRO SÍNTESE DE PUBLICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Nº de Ordem	Título	Sigla do Órgão Responsável	Custo Médio por Edição Cr\$	Observações
1	Boletim Informativo da BMF-SP	DMF-SP*	800,00	
2	Boletim Informativo da Seção de Documentação	DMF-RJ	5.200,00	
3	Recado	DMF-RJ	1.000,00	
4	Boletim da Inspetoria Geral de Finanças	IGF**	23.687,00	
5	Boletim Informativo	SEF***	6.665,40	
6	Revista de Finanças Públicas	SEF	32.209,50	
7	Anuário Econômico-Fiscal	SRF-CIEF****	180.000,00	
8	Arrecadação dos Tributos Federais	SEF-CIEF	90.060,00	
9	Boletim do Comércio Exterior	SEF-CIEF	26.532,00	
10	Comércio Exterior do Brasil	SRF-CIEF	121.200,00	
11	Ementário de Pareceres Normativos – Imposto Sobre a Renda – 1970/74	SRF-CIEF	20.000,00	
12	Estatísticas tributárias básicas	SRF-CIEF	20.000,00	
13	Foreign Trade of Brazil	SRF-CIEF	18.900,00	
14	Imposto Sobre Produtos Industrializados	SRF-CIEF	167.481,00	
15	Índice Alfabético – Remissivo dos Pareceres Normativos (1970 a 197...) 3 v	*****		
16	Movimento Bancário no Brasil	SRF/SRRF-9ºRF	13.000,00	
17	Pareceres Normativos – 1974	SRF-CIEF	44.220,00	
18	Rendas Aduaneiras	*****		
19	Resenha	SRF-CST	84.500,00	
20	Resumo dos Pareceres Normativos – IR 1970/JUN-75	SRF-CIEF	112.400,00	

		SRF-GAB	4.900,00	
		SRF-CST	8.000,00	

- (*) – Delegacia do Ministério da Fazenda
 (**) – Inspetoria Geral de Finanças
 (***) – Secretaria de Economia e Finanças
 (****) – Secretaria da Receita Federal – Centro de Informações Econômico-Fiscais
 (*****) – Secretaria da Receita Federal – Superintendência Regional da Receita Federal
 (*****1) – Secretaria da Receita Federal – Coordenação do Sistema de Tributação
 (*****2) – Secretaria da Receita Federal – Gabinete

ANEXO IV

ALGUNS DADOS SOBRE PERIÓDICOS DO MF PARA 1976

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, Secretaria de Economia e Finanças, 1974 – Mensal.

Tiragem: Cerca de 10.000 exemplares

Editor: Secretaria de Economia e Finanças da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda

Redação: Órgãos fazendários e extrafazendários

Os assuntos tratados são colhidos de matérias enviadas por órgãos Fazendários e Extrafazendários, com a cooperação de todos os órgãos interessados em transmitir matéria para o Boletim.

BOLETIM DA INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, Inspeção Geral de Finanças, 1941 – Mensal.

Tiragem: 3.300 exemplares

Redação: Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda

Supervisão: Assessoria de Organização da Inspeção Geral de Finanças

Impressão: Departamento de Imprensa Nacional do Rio de Janeiro

Os assuntos relacionados nesta revista são da responsabilidade exclusiva de seus autores. Os artigos são redigidos pelos dirigentes dos órgãos fazendários.

REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, Secretaria de Economia e Finanças, 1941 – Mensal.

Tiragem: 8.000 exemplares

Editor: Secretaria de Economia e Finanças da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda

Artigos redigidos por dirigentes de órgãos do MF e órgãos extrafazendários. Apresenta traduções de artigos assinados de outras revistas estrangeiras. A maioria dos artigos constitui-se em matéria redigida pelo pessoal do MF.

ANUÁRIO ECONÔMICO-FISCAL. Rio de Janeiro, Centro de Informações Econômico-fiscais, 1970 – Anual.

Tiragem: 5.000 exemplares

A impressão é feita por processo tradicional. Até 1970 era executada pela Gráfica do Ministério da Fazenda no RJ. A partir de 1970 está sendo executada em Brasília. Esse periódico destina-se à divulgação de dados e informações de natureza econômico-fiscal. Apresenta estatísticas pertinentes à área tributária, acrescidas de outros dados de origem extrafiscal. Trata dos lançamentos dos impostos sobre produtos industrializados, rendas e proventos, importação e imposto único sobre combustíveis e lubrificantes vinculados à importação, de modo a fornecer maiores subsídios a estudos e análises sobre o assunto.

ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS. Estados, municípios, pessoas físicas e jurídicas. Brasília, Centro de Informações Econômico-fiscais, 1974 – Anual.

Tiragem: 2.000 exemplares

A impressão é feita por processo automático. Registra os ingressos no Tesouro Nacional, especificados por rubrica orçamentária, a nível de Região Fiscal e Delegacias da Receita Federal.

ESTATÍSTICAS TRIBUTÁRIAS BÁSICAS. Brasília, Centro de Informações Econômico-fiscais, 1973 – Mensal.

Tiragem: 1.000 exemplares

É elaborada por processo automático, sendo que os encartes são impressos por processo tradicional. Esta publicação oferece mensalmente aos administradores tributários informações sobre arrecadação federal por Região Fiscal e, ainda, consolidação dos dados regionais a nível nacional.

MOVIMENTO BANCÁRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, Centro de Informações Econômico-fiscais, 1970 – Anual.

Tiragem: 1.500 exemplares

A impressão é feita por processo tradicional. Fornece estatísticas do movimento bancário no Brasil, dados por região e por estado, e ainda, quadro demonstrativo do número de estabelecimentos bancários existentes, segundo sua categoria e Unidades Federais.

RESENHA. Rio de Janeiro, Centro de Informações Econômico-fiscais, Divisão de Informações Econômico-fiscais, 1973 – Quinzenal.

Tiragem: 500 exemplares

A impressão é feita por processo tradicional, utilizando a Gráfica da IGF, exceto quando problemas técnicos exigem que seja impressa em Gráficas particulares. Relaciona artigos sobre a área Econômico-fiscal, além de citar as publicações recebidas nessa área, tais como publicações nacionais e estrangeiras. Elabora pequenas notícias sobre seminários, cursos, etc., dentro da área Econômico-fiscal.

ANEXO V

Estrutura Básica do MF

a) Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro:

- 1) GABINETE DO MINISTRO (GB)
Chefe: Carlos Alberto de Almeida Neto
- 2) COORDENADORIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CE)
Coordenador: Marcos Amorim Neto
- 3) COORDENADORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS (CI)
Coordenador: Ary dos Santos Pinto
- 4) COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CCS)
Coordenador: Nertan Macedo Alcântara
- 5) DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (DSI)
Diretor: Egon de Oliveira Bastos

b) Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

- 1) SECRETARIA-GERAL (SG)
Secretário-Geral: José Carlos Soares Freire
- 2) INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS (IGF)
Inspetor-Geral: Arthur Pereira

c) Órgãos Centrais de Direção Superior de Atividades Específicas

- 1) SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF)
Secretário: Adílson Gomes de Oliveira

- 2) PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Procurador Geral: Francisco Oswaldo Neves Dornelles
- 3) SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU)
Diretor-Geral: José Alfredo Nunes de Azevêdo
- 4) ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (ESAF)
Diretor: Manuel Orlando Ferreira
- 5) COORDENADORIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Coordenador: José Allan Léo Caruzo

d) Órgãos Centrais de Direção Superior das Atividades Auxiliares

- 1) DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (DA)
Diretor-Geral: Luiz Pinheiro Sette e Câmara
- 2) DEPARTAMENTO DO PESSOAL (DP)
Diretor-Geral: Darcy Campos de Medeiros

e) Órgãos Colegiados

- 1) 1º CONSELHO DE CONTRIBUINTES (CC)
Presidente: Jacinto de Medeiros Cálmon
- 2º CONSELHO DE CONTRIBUINTES (CC)
Presidente: Haroldo Braga Lobo
- 3º CONSELHO DE CONTRIBUINTES (CC)
Presidente: Antonio Barbosa
- 4º CONSELHO DE CONTRIBUINTES (CC)
Presidente: Elmo Salvucci
- 2) COMISSÃO CONSULTIVA DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS (COMSARF)
Presidente: Lourierdes Fiúza dos Santos
- 3) COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DAS INSPETORIAS GERAIS DE FINANÇAS (INGECOR)
Presidente: Arthur Pereira
- 4) COMISSÃO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS INTERNACIONAIS (CETI)
Presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles
- 5) COMISSÃO DE FUSÃO E INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS (COFIE)
Secretário-Executivo: Lourierdes Fiúza dos Santos
- 6) COMISSÃO DE INFORMÁTICA (COMINF)
Presidente: Fernando Antonio Durães
- 7) COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E COMBATE AO CONTRABANDO (COPLANC)
Presidente: Adílson Gomes de Oliveira
- 8) COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (COTEPE-ICM)
Presidente: Augusto Jeferson de Oliveira Lemos
- 9) COMISSÃO BRASILEIRA DE INTERCÂMBIO (CBI)
Coordenador: Cyro Freire Cury

**ÓRGÃOS INTERMINISTERIAIS PRESIDIDOS
PELO MINISTRO DE ESTADO**

- a) *CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)*
Presidente: Mário Henrique Simonsen
- b) *CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS (CIP)*
Secretário-Executivo: Paulo Roberto Campos Lemos
- c) *CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA (CPA)*
Secretário-Executivo: Antonio Paschoal Conzo Coelho de Moura
- d) *CONSELHO DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)*
Presidente: Mário Henrique Simonsen
- e) *COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (CPF)*
Secretário-Executivo: Frederico Augusto Bastos
- f) *COMITÊ BRASILEIRO DE NOMENCLATURA (CBN)*
Presidente: Antonio Paschoal Conzo Coelho de Moura

ENTIDADES VINCULADAS

- a) Autarquias:
 - 1) *BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)*
Presidente: Paulo Hortêncio Pereira Lira
- b) Empresas Públicas:
 - 1) *SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)*
Diretor-Presidente: Moacyr Antonio Fioravante
 - 2) *CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)*
Presidente: Carlos Rischbieter
 - 3) *CASA DA MOEDA DO BRASIL (CMB)*
Presidente: Néelson de Almeida Brum
- c) Sociedades de Economia Mista:
 - 1) *BANCO DO BRASIL S/A (BB)*
Presidente: Ângelo Calmon de Sá

Observação: Permanece junto ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE TÉCNICAS FINANCEIRAS (COCITEF)
Secretária-executiva: Úrsula Hansen.

SEMINÁRIOS